

A incubação de empreendimentos solidários como um processo pedagógico de ação político-dialógica

Danielle Assafin Vieira (UFF) – (21) 9765-2028 – danielle_av@hotmail.com
Emmanuel de Paiva Andrade (UFF) – (21) 9633-0905 – emanuel@vm.uff.br
Marcelo Gonçalves Figueiredo (UFF) – (21) 2205-2539 – mparada@webcorner.com.br
Michelle Domingues Duarte (UFF) – (21) 8729-2999 – michelle3d@hotmail.com

O trabalho relata resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito PIBIC/UFF, com apoio do CNPq, que estuda a proposta alternativa de desenvolvimento social concebida pelo movimento de Economia Solidária, propulsor de novas formas de organização do trabalho e da produção.

À medida que defende princípios como o da auto-gestão e o da cooperação, a Economia Solidária se configura como um meio de recriação de paradigmas, e, portanto, como instrumento de transformação da tradicional forma capitalista de organização societal.

Diante disso, destaca-se a atuação das incubadoras de empreendimentos solidários, que assumem uma função estratégica na formação e consolidação dessas peculiares organizações. Nesse sentido, se fazem como de grande relevância o entendimento do processo de incubação e o seu constante aprimoramento, rumo à democratização do conhecimento e à participação coletiva.

Por essa abordagem, o trabalho percebe a incubação de empreendimentos solidários como um processo pedagógico amplo, de re-significação de conceitos a partir de uma ação político-dialógica, como propõe o educador Paulo Freire. É desenhada, de acordo com essa linha de análise, uma ferramenta de incubação – uma Meta-Methodologia –, orientada para a valoração do indivíduo como um agente situado num contexto social, articulador de idéias e sujeito de suas próprias ações.

Palavras Chave: Economia Solidária, Inovação, Trabalho.

1 – Introdução

Num mundo de regência hegemônica da lógica do capital, a noção de progresso é vinculada quase estritamente ao acúmulo de riquezas materiais. No entanto, colocar a acumulação de renda como parâmetro de medida do desenvolvimento da sociedade, deixando a finalidade das ações humanas subordinada ao capital, faz desconsiderar fatores de suma importância para o estabelecimento da satisfação e felicidade humanas e da harmonia social. São estruturadas, então, sob respaldo dessa visão, relações de exploração e de hierarquia entre os homens, em que é favorecida uma minoria em detrimento do sofrimento de muitos.

Fica evidente, assim, a necessidade de uma reformulação dessa limitada idéia de desenvolvimento, que deve ser integrada a um quadro mais amplo de compreensão e de avaliação e entendida como a expansão das liberdades desfrutadas, além das regulações do capital ou do avanço tecnológico. (SEN, 2000, p.17)

Na direção de se consumir uma alternativa de desenvolvimento da sociedade, toma forma a Economia Solidária, que propõe novas formas de organização da produção e das relações humanas através de um movimento de transformação pacífica. Esse processo de transformação lento e espontâneo fomentado pela Economia Solidária pode ser mais bem entendido pelo trecho

que segue, dito pelo recém empossado Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, em entrevista pessoal concedida na data de 26 de agosto do ano de 2003.

“Tomemos como exemplo uma região de pescadores. Suponhamos que um grupo sentisse a necessidade de se fazer o trabalho em conjunto. Num determinado momento, as mulheres desses pescadores começam a desempenhar certa função do processo, acabando por também se reunirem. Sem perceberem, os atores envolvidos nessa situação estão iniciando uma mudança em seus comportamentos, nos seus modos de vida. O trabalho em grupo, cooperativo, irá incidir ativamente na vida dessas pessoas sem que notem. Mesmo que esse grupo de trabalho tenha sido formado pela necessidade de sobrevivência, mais tarde seus componentes irão se ver vivendo de uma nova maneira, possivelmente aquela em convergência com os propósitos da Economia Solidária”.

Para Paul Singer, conferir a qualidade de potência revolucionária ao modo de produção solidário é absolutamente plausível, sem que se perca de vista a naturalidade com que correm os fatos quando em direção ao modo de vida cooperativo.

Nesse ponto de análise, é fundamental que seja reconhecida a possibilidade de mudanças, que se acredite num mundo diferente, onde as relações sociais não estejam subordinadas à lógica do capital. O alto poder reestruturador do capitalismo e as mal sucedidas formas de manifestação socialistas do passado recrudescem a descrença num novo modelo de desenvolvimento e a consideração da ordem existente como permanente e universal. A queda do muro foi a senha que faltava para que alguns arautos da nova ordem decretassem o “fim da história”(FUKUYAMA, 1992). Como afirma MÉSZAROS (2002, p. 37), *“é bem mais fácil resignar-se à irreversibilidade do dilema afirmado no determinismo cego desse slogan político de nosso tempo [como o do tipo ‘não há alternativa’] do que imaginar uma forma de enfrentá-lo”.*

Para se configurar como uma proposta real de desenvolvimento social, as estratégias de gestão de um empreendimento solidário devem se configurar como peculiares, diferentes daquelas tomadas pelos representantes da gerência capitalista nas empresas. A partir de então, é diagnosticado um espaço fecundo aberto a estudos diversos. Inovar em técnicas administrativas e estratégias de gestão de cooperativas e empreendimentos de Economia Solidária, tendo em vista suas especificidades de valores e de princípios, se estabelece como um campo de atuação de investigação ainda pouco explorado, mas de importância imensurável.

Nesse sentido, deve-se reconhecer o potencial embutido na formação técnico-científica do profissional de Engenharia, capaz de absorver e desenvolver novas tecnologias, numa atuação que deve se dar de forma crítica e criativa na identificação e solução de problemas, em atendimento às demandas da sociedade. A Engenharia de Produção, especificamente, pelo importante papel na gerência de sistemas produtivos (instrumentos de trabalho e fatores humanos), assume, então, um instigante desafio: o de viabilizar técnica e economicamente novas formas de organização do trabalho, num contexto diferenciado do tradicional pano de fundo da elaboração teórica e prática dessa área do conhecimento, o das empresas capitalistas.

2 – A Economia Solidária: um Breve Panorama

A Economia Solidária nasce num mundo de exclusão, em que oportunidades para uma vida digna não são igualmente distribuídas. Um dos seus grandes propósitos é fazer valer princípios de coletividade e parcerias de cooperação num contexto de individualidades, se apresentando como forma real de contestação das injustiças sociais. Constitui-se, portanto, numa alternativa real de desenvolvimento sustentável da sociedade.

A nova Economia em desenvolvimento prenuncia novas formas de organização do trabalho calcadas em princípios de gestão que propiciam a participação coletiva e igualitária de todos os componentes do empreendimento solidário, numa dinâmica em que deve prevalecer o sentido democrático de atuação. Assim, é construída a participação de mesmo peso dos membros do empreendimento, cabendo-lhes condições participativas de igual valor, que independem da função desempenhada. O princípio da coletividade, no sentido de estabelecer a igualdade entre os componentes, se mostra fundamental ao fazer da administração do empreendimento uma condução transparente, cujas direções são decididas pela participação comum. Nesses aspectos, se condiciona a autonomia dessas organizações e, assim, a real possibilidade de êxito.

As cooperativas – de produção, de consumo, de serviço, de crédito –, as associações, as empresas autogestionárias e os clubes de troca, quando nos moldes acima dispostos, são ilustrações do exercício da Economia Solidária, cuja construção se efetiva, essencialmente, por meio de iniciativas populares, de pessoas marginalizadas da estrutura social.

Nesse sentido, outro grande ponto tocado pela proposta de se fazer Economia Solidária, que preconiza o resgate da dignidade e cidadania daqueles nela inseridos, é a devolução da auto-estima à população à margem do sistema hegemônico. A nova economia em resolução, por sustentar, pelos seus princípios de coletividade e de igualdade, as diversas liberdades humanas, abre espaço para a justa interação entre as pessoas e para o exercício de sua cidadania política. É estabelecida, dessa forma, uma poderosa troca de conhecimentos, informações e vivências, viabilizando a participação atuante de cada qual na sociedade, a verdadeira liberdade de participação. Molda-se, pela Economia Solidária, um desenvolvimento centrado na promoção de agentes sociais. *“Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento.”* (SEN, 2000, p.24).

Para recriar princípios de vida e fazer valer novos parâmetros de desenvolvimento, rumo à subordinação dos mercados aos interesses sociais e à construção de uma nova consciência e convívio social, solidário e cooperativo, se estabelece como de função primordial conferir maior politicidade ao processo pedagógico educativo. Nesse sentido, deve-se favorecer o desenvolvimento de uma consciência crítica, e não ingênua, de potência transformadora, em direção à superação da realidade existente. A informação, hoje desenvolvida e difundida de acordo com os interesses representativos do neoliberalismo e, portanto, do individualismo, do materialismo, da competitividade e do consumismo, é tida como principal estratégia de manipulação de pensamentos e comportamentos a favor da reprodução da ordem vigente.

Hoje, no Brasil, o Movimento dos Sem Terra (MST), de repercussões reconhecidas por todo mundo, se consolidou como uma organizada manifestação de contestação do sistema vigente pela luta da reforma agrária. O movimento compreende que a frente da batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio. As origens dessa preocupação vieram de diversas fontes. Uma delas é a própria necessidade sentida nos assentamentos. *“Se o assentamento desenvolve formas de cooperação agrícola, se começa a desenvolver a agroindústria, a trabalhar com cooperativas, a ter entre seus militantes técnicos agropecuários, agrônomos, veterinários, começa a gerar a necessidade de ter esse tipo de gente, imbuída da ideologia que o movimento quer. (...) Existe a compreensão de que o MST deve lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. Essa última não no sentido apenas de alfabetizar pessoas, o que é simples, mas no sentido de democratizar o conhecimento para um número maior de pessoas. O desenvolvimento depende disso.”* (STEDILE, 2001, p. 74 e 75)

3 – As Incubadoras de Empreendimentos Solidários e a Atividade de Incubação

O referido sucesso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil é uma ilustração da construção alternativa de educação, orientada para a re-significação de conceitos, numa proposta de recriação de paradigmas. Fazer valer novos parâmetros de desenvolvimento se traduz, hoje, como um dos maiores desafios colocados à Economia Solidária.

Nesse processo de afirmação de um novo modo de vida proposto pelo movimento da Economia Solidária, a atuação das incubadoras de empreendimentos solidários se volta a uma inclinação estratégica. Mais do que prestar assessoria na estruturação de um negócio, oferecendo aporte técnico e físico, as incubadoras devem ter como missão a condução de um *processo pedagógico amplo*, mobilizador de um espaço propício ao desenvolvimento de consciência crítica, isto é, um espaço favorável ao resgate do papel social por todos os atores envolvidos. Educadores e educandos estabelecem uma relação horizontal de parceria, de complementaridade e de crescimento em conjunto.

A atividade de incubação de empreendimentos nos moldes da Economia Solidária deve voltar-se ao incentivo à ação político-dialógica. A politicidade e a dialogicidade são os dois princípios do pensamento pedagógico de Paulo Freire – a pedagogia da democracia –, pensamento este que irá nortear as próximas análises a serem tecidas.

O princípio da politicidade constrói o ato educativo como um processo de criação e recriação contínua de significados de uma dada realidade, podendo o homem se enxergar como agente ativo, e não passivo, do meio que o cerca. Observar, refletir, recriar e agir são ações encadeadas de caráter eminentemente político, que devem ser desenvolvidas.

O florescimento dessa consciência crítica, como coloca Paulo Freire, está associado diretamente com a valoração da consciência histórica de cada qual. Nesse sentido, a atividade pedagógica, e, portanto, a de incubação, deve utilizar-se da própria vivência dos educandos, ou “incubandos”, partindo da singular realidade por eles vivida. A transmissão de conteúdos previamente estruturados, fora do contexto social do educando, é mero depósito de informações, que invadem o universo cultural dos educandos. Portanto, o saber do “incubando” e seu reconhecimento como um indivíduo inserido num contexto social devem fazer parte inerente ao processo de aprendizado, de construção de um modo alternativo de vida.

Já o enquadramento dialógico dado à ação pedagógica de incubação se refere à forma dialogada pela qual se deve conduzir uma atividade pedagógica. Por isso, num processo de incubação, é preciso favorecer a problematização e as discussões, para que opiniões e relatos sejam construídos. Nesse sentido, o papel do incubador, ora visto como de impositor de idéias, deve ser o de coordenador de debates, conduzindo à roda elementos que enriqueçam a discussão. Ao educando, cabe o estudo da realidade e, ao educador, a organização dos dados.

A incubação, portanto, se faz como um exercício de problematização, que requer diálogo e a tomada de uma postura verdadeiramente cidadã, ou seja, política. A dialogicidade, mais do que se fazer entendido, deve ser percebida como meio de se fazer a diferença. Nesse processo, a relação de parceria dos envolvidos (educadores e educandos, incubadores e “incubandos”) surge como de importância crítica. Afinal, o estabelecimento de posições de autoridade, de mando coercitivo, vem por inibir a construção da criticidade e da conscientização.

4 – Meta-Methodologia de Incubação: uma Ação Político-Dialógica

Valorar o capital social latente e trabalhar rumo ao seu desenvolvimento, a partir de experiências vividas e a serem experimentadas pela própria comunidade, passam a ser os mais

importantes meios na construção de um processo de incubação. Capital social refere-se às relações sociais de reciprocidade, de confiança, de entendimento mútuo, de troca e de cooperação. Assim sendo, ressalta-se a necessidade da construção de um método a cada nova incubação, não o engessando em fórmulas pré-estabelecidas, levando em conta as peculiaridades de cada contexto e experiência. Numa incubação, a palavra *metodologia* para designar como se desenrola o processo talvez não seja a de melhor função para o fiel entendimento do que propomos desenvolver no presente trabalho, visto a conotação de inflexibilidade do termo. Por isso, a partir de então, faremos referência à expressão *meta-metodologia de incubação*, que sugere o dinamismo do processo, num pronto atendimento à mutabilidade das relações sociais.

A meta-metodologia de incubação de empreendimentos solidários é uma ferramenta pedagógica a ser desenvolvida para formação dessas peculiares organizações, num sentido de construir um processo particular e único a cada incubação. O uso dessa ferramenta deve favorecer uma vivência de aprendizagem verdadeiramente democrática e libertadora, segundo as proposições do referenciado Paulo Freire. É preciso que sua realização conte com uma equipe multidisciplinar, composta por conhecedores das mais diversas áreas do conhecimento científico, que interagem entre si e tornam mais eficaz o processo de interação com o saber popular.

O **primeiro contato** entre o grupo a ser incubado e a Incubadora se faz por uma conversa informal. Nela, a Incubadora deve buscar perceber as intenções e expectativas dos interessados, ao mesmo tempo que esclarecer ao que se propõe. É importante que esse primeiro contato seja de iniciativa e vontade do próprio grupo, que deve estar verdadeiramente comprometido com a proposta de incubação. Nesse momento, é marcada uma visita ao grupo interessado pela incubagem. Segue, então, a **elaboração de um roteiro de visita**, que deve estar orientado para (1) a percepção do perfil do grupo – grau de escolaridade e de capacitação técnica, sexo, idade, renda, expectativas pessoais –, (2) a identificação das deficiências e das características potenciais do grupo – habilidades individuais de cada qual, inserções em movimentos sociais comunitários, experiências de trabalho anteriores, referências culturais, infra-estrutura já existente na organização, entre outros – e (3) o desenho das oportunidades e ameaças pulsantes no meio ao redor – mercados em potencial, políticas públicas locais, fornecedores, concorrências, etc.

A **primeira visita** deve ter por finalidade a interação com o contexto social dos futuros cooperados, como bem propôs o roteiro de visita, favorecendo a aproximação com o modo de vida dessas pessoas. É fundamental que se pense em dinâmicas integrativas, que propiciem o avanço dos debates, rodas vivas de discussões e troca de experiências. Essa primeira visita pode se desdobrar em outras, até que seu objetivo seja alcançado.

A partir de então, o processo se encaminha para a **análise das questões levantadas**, organizando-as de modo a elucidar as necessidades reais do grupo e as contribuições efetivas a serem dadas pela Incubadora. Nesse sentido, como o previsto, deve-se desenhar o perfil do grupo, bem como traçar uma análise do ambiente interno – forças e fraquezas – e do ambiente externo – oportunidades e ameaças.

A próxima etapa se refere à **tematização**, ou **elaboração dos planos de aula**, que deve estar em sintonia com o debatido na etapa das visitas, bem como com a análise traçada na etapa anterior. O material a ser utilizado na incubação deve ser interativo e dinâmico. É preciso levar em consideração o perfil do grupo, a fim de tornar mais produtivo e interessante o processo. Painéis com fotografias, desenhos e dinâmicas de grupo, quando bem elaborados, são sugestões que permitem o surgimento e a expansão de idéias. Princípios da Economia Solidária, questões jurídico-legais, programas de financiamento, noções de gerenciamento e aprimoramento técnico podem ser algumas deficiências que devem ser superadas pelo grupo, numa parceria firmada com a Incubadora. A **incubação** deve ser orientada para o desenvolvimento da consciência crítica a

partir da realidade vivida. Ela deve seguir os passos definidos na etapa anterior, mas não devem estar amarrados a eles. Apesar de terem sido desenhadas de acordo com a percepção *in loco* da realidade do grupo, mudanças podem ser implementadas no decorrer do processo. O processo de incubação precisa desenvolver o estudo dos aportes financeiros, facilidades materiais, formação técnica e fortalecimento moral. É importante construir não uma relação de dependência, mas sim de autonomia do grupo para com a Incubadora. Após a incubação, um período de **acompanhamento**, ou **pós-incubagem**, deve ser empreendido, a fim de orientar possíveis divergências.

5 – Conclusão

A participação das incubadoras de empreendimentos solidários, bem como a interação entre as demandas da sociedade e a pesquisa acadêmica universitária, na perspectiva da pesquisa-ação, contribuem significativamente na consolidação de uma forma coletiva de organização do trabalho a que se propõe a Economia Solidária. É importante ressaltar, no entanto, os desafios que este movimento precisa superar para o seu real desenvolvimento, como: (1) a geração de economias de redes, traduzindo a articulação e cooperação entre os diversos ramos da economia solidária de interesses comuns, (2) o acesso ao crédito, (3) a constante reciclagem de conhecimento e formação técnica e de valores dos membros, (4) a proposta de um novo estilo de vida, baseado na educação solidária, (5) a inserção satisfatória no mercado consumidor, contando com a sensibilização da população e com o apoio de sindicatos, ONG's, ou cooperativas de consumo integradas e, por fim, (6) a subordinação dos mercados aos interesses comuns.

Sobre a geração de economia de redes, cabe aqui uma menção especial. A formação de uma rede solidária é um desafio cuja superação é condição de viabilização do estabelecimento hegemônico da Economia Solidária, já que se traduz como o meio eficiente de garantir autonomia aos empreendimentos. Nesse sentido, é importante que os precursores dessa nova economia percebam o potencial estratégico da articulação. A relação de cooperação preconizada pela Economia Solidária, quando disposta em rede, não se restringe ao âmbito intracorpóreo das organizações, se expandindo também num movimento interinstitucional. Assim, uma cooperativa, por exemplo, não terá seu desenvolvimento econômico limitado pelas determinações do mercado capitalista, pois conta com a cooperação de outros empreendimentos, seja no fornecimento de insumos ou no consumo de produtos.

O trabalho descrito deteve-se primordialmente no desenvolvimento de uma meta-metodologia de incubação de empreendimentos solidários baseada no método educacional de Paulo Freire, numa tentativa ainda não esgotada de perceber a atividade de incubação como importante meio de superação dos desafios citados. A análise e a investigação feitas sobre as formas solidárias de organização da produção, nascentes em meio a reestruturações capitalistas e de oposição a elas – compondo a multifacetada realidade dialética –, vêm contribuir com o debate acerca das novas possibilidades que se descortinam em torno da Economia Solidária, buscando elucidá-las para os empreendedores solidários e para os acadêmicos, especialmente os da Engenharia de Produção, em seus estudos de montagem de técnicas e estratégias de produção.

6 – Referências Bibliográficas

FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Nova York: Free Press, 1992.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital – Rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: UNICAMP e Boitempo editorial, 2002.

SEN, Amartya, *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta, Companhia das Letras, 2000.

STEDILE, João Pedro; Fernandes, Bernardo Mançano, *Brava Gente – A Trajetória do MST e a Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.